

Sessão ordinária do dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e nove -----

Ao vinte e seis de Fevereiro do ano dois mil e nove reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas quinze horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência do senhor João Heliodoro da Silva Dantas, estando ainda presentes, a senhora Teresa Maria Prado de Almada Cardoso Perry Vidal e o senhor António Manuel Pita Rentróia como primeiro e segundo secretários, respectivamente.-----

Presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as actas desta Assembleia Municipal-----

Foi verificada a existência de quórum por estarem presentes os seguintes deputados municipais: - **Do PSD:** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Rodrigues; José Manuel Faria Pereira Camacho; Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes; Maria João Pereira Delgado Gomes; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, Raquel João Martins da Silva; Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira; Rui Freitas Pereira; Rui Nuno de Barros Cortez; Gilberto Diamantino Abreu Pita; Rui Pedro Gouveia de Sousa; Rui Soares; João Augusto Andrade Jesus; José Rafael Freitas Aguiar; João Freitas Machado; José Manuel Coelho; Rui Santos; Jorge Simplício Pereira Pestana; José António Pestana Rodrigues; José António Freitas Rodrigues e Rui Emanuel Freitas Nunes **Do PS:** - Guido Marcelino Mendonça Gomes; José António Vieira Henriques; José Emanuel Dias Rodrigues; Micaela Gomes Camacho, José Gabriel Pereira de Oliveira, Sérgio Diamantino de Freitas Jardim Rodrigues, Tânia Sofia Andrade Gonçalves e Margarete Sofia Gouveia Fernandes **Do PCP-PEV** - José Carlos Rodrigues Ferreira; Énio Dionísio Vieira Martins e Herlanda Maria Gouveia Amado - **B.E.**- Guida Maria Vieira Martins e Rodrigo Pontes de Gouveia Trancoso.. **Do CDS-PP:** - Rui Ludgero Olim Marote. -----

Verificando a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento da correspondência que deu entrada no Gabinete da Assembleia, nomeadamente: As substituições dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e o pedido de substituição do senhor deputado municipal Maximiano Alberto Rodrigues Martins -----

Justificação de faltas: - Foi entregue no Gabinete da Assembleia Municipal a justificação de faltas dadas nesta sessão dos seguintes deputados municipais. - **Do PSD:** - Maria Gabriela Pereira Fernandes e Ricardo Jorge Alves Delgado. **Do PS:** Cláudio Filipe Gouveia Torres. **Do CDS/PP:** Maria Cecília Pereira de Gouveia Cachucho. -----

Pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi posto à apreciação e votação as actas relativas à sessão ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito e à sessão extraordinária de vinte de Janeiro de dois mil e nove, as quais foram aprovadas por unanimidade -----

Período antes da ordem do dia. -----

Inscrições:-----

A deputada municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves, do PS, usou da palavra dizendo: “O PS vem por este meio recomendar à Câmara que retire o mais breve possível os antigos painéis electrónicos que já estão degradados. Sei que já retiraram um que se encontrava no Teatro Municipal. Também queríamos questionar se há possibilidade ou não de modificar a localização do mega painel polémico, porque já várias pessoas se manifestaram contra essa localização, de modo a que seja alterado e não fique junto ao Palácio de São Lourenço como está.”-----

O Presidente da Câmara, interveio para dizer o seguinte:” Agradeço a recomendação do PS, com respeito à retirada dos painéis antigos. Relativamente aos

painéis que foram colocados, não vamos alterar a sua localização. Primeiro, porque entendemos que não afecta em nada o Palácio de São Lourenço. Podia afectar o Palácio de São Lourenço se fosse uma infra-estrutura que não fosse móvel. É uma infra-estrutura móvel, que dá uma informação fundamental, onde sessenta por cento dessa informação diz respeito a informação de interesse público. Por outro lado, está colocado num eixo de duas vias principais numa zona central da cidade. É evidente que durante muitos anos fomos acusados, e por vezes com alguma razão, de não termos meios de promoção, quer pelos eventos culturais, quer das actividades que eram desenvolvidas na cidade. É evidente que essa questão do painel é uma falsa questão. E porquê? Não afecta esteticamente quer o Palácio de São Lourenço ou qualquer elemento do Património edificado na cidade do Funchal. Se a questão é estética, também gosto de dizer, que eventualmente é discutível e também gosto de olhar com sentido de estética para algumas pessoas que criticam esses mesmos painéis. -----

O deputado municipal José Emanuel Dias Rodrigues, do PS, usou da palavra para fazer a seguinte intervenção, que abaixo se transcreve na íntegra:”O Estado do pavimento das estradas do concelho do Funchal. As estradas e as vias de comunicação são um bem essencial à vida das populações. No entanto e de alguma forma estão remetidas ao abandono. Assiste-se aos buracos no pavimento, à solução rápida dos remendos de alcatrão mal executados, aos processos de colocação de infra-estruturas no subsolo com a consequente má execução da repavimentação do asfalto, aos passeios danificados, desnivelados com piso irregular, com barreiras metálicas para impedir o estacionamento abusivo mas com consequências para os peões, uma vez que estreita a passagem dos mesmos, tampas de saneamento básico e de escoamento de águas de águas pluviais danificadas que põem em risco a circulação de

peças e viaturas. Sendo a Madeira um destino turístico, o PS Madeira entende que as nossas estradas merecem por parte da CMF uma intervenção mais cuidada e sempre no menor espaço de tempo. Salientamos que não somos alheios ao facto de que o piso das estradas em termos de durabilidade não é eterno, mas há que ter consciência de que o tráfego automóvel é cada vez mais intenso e que as condições climatéricas agravam o desgaste do piso, e se este já não está nas melhores condições devido aos remendos, só tende a piorar. Este não é um problema exclusivamente destas ruas, ele propaga-se até às freguesias do concelho do Funchal, como exemplo: da Rua das Murteiras até ao Centro Cívico de Santa Maria Maior, a estrada Visconde Cacongo, a estrada dos Marmeleiros, entre o cruzamento da estrada do Livramento e a rua da Levada de Santa Luzia.”-----

O Presidente da Câmara, respondeu:”Em primeiro lugar, queria esclarecer e penso que já é do conhecimento dos senhores deputados municipais, que nós fizemos um investimento e vamos concluir agora, em saneamento básico, de dezassete milhões duzentos e cinquenta mil euros, mais a renovação das redes de águas que ascendeu a doze milhões e meio. Ainda hoje lançamos mais um concurso de novecentos mil euros para saneamento básico abrangendo cento e oito quilómetros de rede de saneamento básico. Da substituição de rede de água, cerca de cento e cinquenta quilómetros. É evidente que parte destas infra-estruturas foram executadas tendo por base os fundos comunitários, em termos de apoio. E por outro lado, também é do vosso conhecimento que não há financiamento elegível aquando da execução destas obras para as asfaltagens integrais. Mas nós não íamos deixar de executar essas mesmas obras. Seja como for, quero informar que lançamos agora e vamos executar cerca de um vírgula dois milhões de euros de obras de repavimentação. Posso lhe dar algumas das artérias que vão ser repavimentadas, que julgamos que são aquelas que

estão em pior estado: desde a Estrada dos Marmeleiros, Rua Nova Pedro José de Ornelas, Rua Dr. Ângelo Augusto da Silva, Caminho da Lombadas, desde a nova rotunda até a zona do “Pé de Cabra”, Estrada do Bom Sucesso, desde a Pestana Júnior até ao espadarte, Rua Cinco de Outubro, entre a Ponte de Pau e a Praça da Autonomia, Carlos Azevedo Menezes, aquela zona do Jardim Botânico, Rua dos Frias e ainda a Rua das Murteiras. Também gostaria de dizer que muitas vezes temos feito e continuamos a fazer grandes investimentos nas asfaltagens, como a Comandante Camacho de Freitas e outras que vamos executar. Outras, não fazemos a repavimentação integral, porque decorrem exactamente do programa de substituição de redes, de renovação de redes de águas e infra estruturação com o saneamento básico. Como por exemplo algumas artérias, na Rua Conde Carvalhal, Figueira da Albuquerque e outras, que não vamos gastar dinheiro a asfaltar para depois estarmos a meter novas redes.”-----

A deputada municipal Micaela Gomes Camacho, do PS, disse:”O senhor Presidente iniciou a falar de uma crítica estética. Nós não queremos fazer uma crítica estética, queremos fazer uma crítica geral, mas de uma forma positiva. Aliás, tem sido o fundamento do nosso grupo municipal, dar sempre o nosso contributo de uma forma positiva. Obviamente que os trabalhos aqui não se medem por quantidade, nem em apreciações de matérias, mede-se em requerimentos, em acções, decisões e mede-se sobretudo em fazer cumprir as promessas eleitorais. Muitos são os exemplos que nos permite afirmar a inexistência de uma estratégia de fundo, sustentado nos funchalenses no sentido de levar uma diferenciação positiva que promovesse o desenvolvimento económico e social do município. Falo aqui da prorrogação da suspensão da revisão do PDM, ausência de projectos integrados nos desenvolvimentos locais, que contrariam o desenvolvimento da diversificação do

centro do Funchal e de algumas freguesias que têm vindo a perder população. Estamos a perder população do Funchal, nomeadamente para a zona de Machico, Santa Cruz e também para Câmara de Lobos. Ausência de políticas municipais que visam tratar de questões de qualificação de territórios, a promoção turística que falou há pouco. Obviamente que nós defendemos que haja essa promoção turística, que articule o Funchal moderno e o Funchal turístico do Funchal rural, que é gasto, que é velho e tem muitos problemas sociais. As igualdades entre as zonas baixas e altas da cidade. O Funchal não pode ser dividido, não pode ser um Funchal turístico nem rústico, tem que ser visto como um todo. A ausência de estratégias da acção social: Por exemplo, a inexistência de rede social para proceder à identificação de situações de carências sociais graves, ausência na aposta de áreas de elevação, como a questão da floresta. Podíamos inovar, sermos mais arrojados, a existência de uma estratégia para revitalizar o centro da cidade e o comércio tradicional. Aliás, isto já defendemos algum tempo e continuamos a defender e acho que poderá ser feito como uma crítica construtiva para que possa melhorar essa parte. Estamos aqui para recordar o nosso trabalho e aquilo que foi decidido aqui, que é a questão da Capela mortuária do Monte, que ainda não está resolvida, a nomeação da Comissão dos Quinhentos Anos, que apesar de já ter acabado, ainda não foi feita essa comissão. O monumento a comemorar os Quinhentos Anos foi falado e discutido aqui e também aprovado, e a resolução dos estacionamento ... O Grupo municipal do PS reiteira a importância e a necessidade de desenvolver políticas activas e para atracção e captação e fixação de investimentos que promovam o desenvolvimento da cidade na Região. O bem-estar económico da população através de implementação de um conjunto de medidas que têm vindo a se afirmar benéficas. Aqui sugeríamos e não nos faz qualquer tipo de espécie, aprovar uma coisa que propõem e que achamos que seja mais uma valia.

Recordo que há um ano a JSD propôs mais segurança à cidade, apesar de já termos proposto isso no nosso programa, que era devolver a segurança à cidade. Nós não temos qualquer tipo de problema. Se trouxeram à Assembleia Municipal nós aprovamos essa medida. Porque achamos que é essencial para a cidade mais e melhor segurança. Que neste momento os cidadãos não sentem essa segurança. Em relação ao combate à toxicodependência. Sabemos que tem sido feita alguma coisa, mas é necessário mais. Lembro que tenho feito intervenções nesse sentido e acho que era preciso falar, dialogar mais e ver qual o flagelo nem que seja fazer mais acções. Isto é uma crítica positiva. Cuidar dos nossos idosos, pois vemos que a nossa população está a envelhecer, é preciso fazer mais qualquer coisa. Não tem sido o suficiente. Ordenar o desenvolvimento da cidade e melhorar a mobilidade humana, a renovação do centro histórico, o estacionamento no Funchal. Vemos há pouco tempo a questão do Carnaval, o trapalhão, fez caos. Não temos as medidas e é preciso planear e até posso dar algumas sugestões, se forem bem aceites, estou disposta a trabalhar convosco. Pela nossa parte, gostaríamos que este ano que falta, fossem cumpridas as promessas feitas na vossa campanha eleitoral, que não seja apenas para efeitos eleitoralistas. Seria de lamentar que no próximo ano decorresse com este ritmo. Foi feito muita coisa, reconheço e até já tive oportunidade de dizer, mas é preciso mais.”-

O Presidente da Câmara, disse:” A senhora deputada sabe que até simpatizo consigo. Eu tenho muito prazer em um dia em que tenha disponibilidade, dar uma volta consigo, no “bem sentido”, uma volta funcional no nosso município para refutar de uma forma simpática aqueles conceitos abstractos que a senhora deputada extravasou neste momento. Vou dar um exemplo: porque muitas vezes nós enveredamos por essas lenga-lengas teóricas do sustentado, integral, planeado, blá, blá e é o país do blá, blá .Quero coisas concretas. Eu mostro nessa volta que estou

disponível para dar consigo, uma volta técnica e política, e temos dados que confirmam que entre dois mil e dois e dois mil e oito o número de habitações no centro do Funchal aumentou mil e duzentas. Se aumentou, a população também aumenta. E ainda tem cento e vinte e nove fogos em construção. Há uma inversão neste momento, até que é moda viver no Centro do Funchal. Também tenho muito prazer em visitar consigo os nossos doze centros sociais, que estão em pleno funcionamento, os nossos dezoito polidesportivos que estão em funcionamento. Também pode constatar a mais alta taxa de reciclagem do País na estação dos Viveiros. Vinte e quatro por cento de reciclagem que é a mais alta do país. A média nacional é seis por cento. Também digo que nós neste momento a alguns meses o estacionamento rotativo a funcionar do CS, ao contrário do que estava a dizer. E outras matérias onde de facto pode constatar o investimento que foi feito. Habitação social onde investimos vinte e quatro milhões e meio nos últimos anos. Acha que em termos de investimento social, isto é pouco? Uma coisa é dizer com a maior fraqueza que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Falou aqui nas capelas mortuárias. Também vou visitar consigo. Neste momento estamos a executar a capela mortuária da Capela de Santo António, depois vamos fazer a do Monte. Cada coisa a seu tempo. Falou dos idosos. Nós temos mil, cento e onze utentes nos nossos ginásios Já conhece os ginásios? Vamos abrir um novo Centro no mês de Março, mesmo aqui no Centro do Funchal. Tenho prazer em convidá-la para a inauguração.”-----

A deputada municipal Micaela Gomes Camacho, do PS, retorquiu:”Então eu propunha não dar só uma volta técnica comigo, mas que fossemos dar uma volta técnica com todos os membros da AM e nos mostrava essas obras.”-----

O deputado municipal Énio Dionísio Vieira Martins, do PCP/PEV, usou da palavra, fazendo as seguintes intervenções:”É uma intervenção breve para colocar

três questões. Uma delas prende-se com a Entrada Dezanove do Caminho da Fonte da Pereira, no Monte. Recordamos que um grupo de moradores já se deslocou à sessão pública da CMF e que lhes foi comunicada a possibilidade de nessa entrada a CMF efectuar uma intervenção no sentido de um alargamento para melhorar aquele acesso, estando o mesmo dependente de acordo Com um dos proprietários. A situação conheceu alguma evolução no sentido de satisfazer esse pedido? Outra questão. Têm surgido diversos contactos da parte dos moradores do Conjunto Habitacional das Romeiras em Santo António, relativamente aos problemas de estacionamento advindos do facto dos espaços para os mesmos não estarem delimitados, o que ocasiona um estacionamento caótico e desorganizado. Em ofício do Departamento de Trânsito, datado de dezoito de Novembro de dois mil e oito, fomos informados que a referida marcação dos espaços seria efectuada logo que possível. Contudo e decorridos que são já mais de três meses, os espaços continuam sem as respectivas delimitações. Ficava aqui a recomendação no sentido de se dar cumprimento a esta medida que, a concretizar-se, em muito ajudaria a ordenar o estacionamento local. Uma outra questão. Uma pergunta rápida relativamente à construção do jardim de São Martinho. Até determinada altura, foi uma obra que avançou rapidamente. No entanto, a mesma encontra-se agora parada, desde há algum tempo a esta parte, pelo menos nos últimos dois meses. Recordamos que, em vinte e seis de Novembro de dois mil e oito, na sessão da CMF, quando questionado sobre o despejo de terras na área, o senhor Presidente da CMF afirmou que tal obra era da responsabilidade da CMF e que o espaço estava todo vedado e passamos a citar, o “jardim estava a ficar giro”. Assim, a que se deve esta paragem nas obras no Jardim de São Martinho?”-----

O Presidente da Câmara, disse:” Relativamente ao estacionamento das Romeiras, fico satisfeito que em habitações sociais comece a haver problemas de

estacionamento. Sabe porquê? É sinal que as pessoas que para lá foram viver, para casas que foram financiadas em termos de solidariedade social pelo contribuinte, já melhoram o seu rendimento e já têm uma melhor qualidade de vida. Mas seja como for, quero informá-lo que apesar desde grande problema não ser um problema, porque o grande problema era as pessoas não terem casa. Isto é um problema de organização logística e funcional do espaço. Vamos marcar as áreas de estacionamento. Não vamos marcar para os moradores. Está no conjunto dos trabalhos que vão ser efectuados. Relativamente a questão que mencionou dessa obra: Nós vamos lançar quarenta e duas obras novas. Essa obra é uma obra que podemos considerar no futuro. Mas temos ter meios de financiamento, o visto do Tribunal de Contas, todos os requisitos essenciais para lançar as obras. E, uma vez que é uma obra viável e que se justifica, vamos lançá-la no futuro. Em relação ao jardim de São Martinho. Já reparou a zona quem desce à Igreja, já estão a trabalhar na empreitada e em princípio vai ligar ao parque de São Martinho, também vai ser lançada agora que está dentro do nosso PPI.”-----

A deputada municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, usou da palavra fazendo a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra:”A igualdade entre mulheres e homens não se realiza pela simples criação de leis ou convenções anti-discriminatórias. A Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, que obriga Portugal e os demais Estados vinculados a adoptar todas as medidas necessárias, “ para modificar os modelos de conduta sociais e culturais dos homens e das mulheres, tendo em vista alcançar a eliminação de preconceitos e de práticas habituais ou quaisquer outras que se baseiam na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em papéis estereotipados para os homens e para as mulheres”. O oito de Março deve ser um dia

comemorativo para a celebração dos feitos sociais, políticos e económicos alcançados pela mulher. Pretende-se com a celebração deste dia chamar a atenção para o papel e a dignidade da Mulher, e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à Mulher. A violência contra a Mulher assume diversas formas, merecendo particular centralidade a violência doméstica. Na RAM este problema afecta mulheres de diferentes classes sociais, penalizando de forma particularmente agravada as mulheres das classes mais desfavorecidas uma vez que não dispõem dos recursos económicos para aceder ao apoio judiciário. Esta é uma realidade persistente na RAM, a qual se poderá agravar num quadro económico de recessão com impactos profundos e reflexos directos no plano social. A actual recessão económica certamente que terá consequências negativas quanto à autonomia económica das mulheres, em particular, dos lugares sociais mais vulnerabilizados. Assim, tendo em conta o papel fundamental que as autarquias podem e devem desempenhar junto dos seus munícipes, principalmente dos mais desfavorecidos, gostaríamos de solicitar alguns esclarecimentos: - Que tipo de intervenção tem a CMF nas questões relacionadas com a violência doméstica, nomeadamente naquela exercida sobre as mulheres? - Existe alguma coordenação entre a CMF e as entidades do Governo Regional com responsabilidades na matéria? No âmbito do Dia Internacional da Mulher, para além das comemorações “festivas” associadas a esta data, que tipo de actividades irá a CMF desenvolver? Estão previstas, por exemplo, acções de sensibilização, tendo em conta que no relatório enviado, existe um conjunto de acções de sensibilização? – Nos Centros Comunitários instalados nos Bairros Sociais e que são dinamizados por esta autarquia, existe algum apoio especializado a quem ali recorre? Se sim, que apoios técnicos”-----

O Presidente da Câmara, disse:” Vou passar a palavra à senhora vereadora Dr.^a Rubina Leal, que poderá esclarecer relativamente a esse conjunto meritório de acções que todos nós subscrevemos “-----

A vereadora Rubina Maria Branco Leal Vargas, explicou o seguinte:”Senhora deputada, sobre a violência doméstica são várias as acções que temos feito, inclusivamente passamos vários vídeos que o Gabinete de Apoio à Mulher da violência doméstica tem feito e temos explorado isso ao longo dos anos. Temos feito sempre palestras sobre o dia propriamente dito e não só. Também nos Centros Comunitários existem programas específicos, que não tem a ver com a violência doméstica propriamente dita, mas tem a ver com a formação parental ou com as competências parentais. Isso é muito mais importante, do que nós estarmos a trabalhar a violência doméstica isoladamente. Porque se trabalharmos a violência doméstica, mas se não trabalhamos os agressores, não chegamos a lado nenhum, porque os agressores mantêm-se agressores os tempo todo. Relativamente ao Dia da Mulher há muitas iniciativas. A Dr.^a Zita Seabra estará cá na Madeira, não no dia oito, mas estará na Sexta-feira exactamente a falar desse tema. Programas e parcerias. Temos, porque fazemos parte, como um dos parceiros do GR aquando da programação do Programa Regional quer da Igualdade da mulher quer da violência doméstica. Somos parceiros e temos constantes relações com esse gabinete.”-----

O deputado municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV, interveio fazendo a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra:”Queríamos saber qual o ponto da situação referente às obras de recuperação/Reconstrução do Bairro de São Gonçalo? Segundo sabemos, algumas famílias já estarão a ser realojadas, ou, pelo menos, dispomos de informações que apontam para um breve realojamento. Assim, sendo e, confirmando-se esta situação, para quando estão previstas as obras?

Já está confirmada alguma data específica para o início das mesmas? Outra situação que se arrasta algum tempo, é o da recuperação do Bairros dos Viveiros. As obras têm conhecido avanços e recuos, períodos em que parecem estar em bom andamento e outras alturas que cessam totalmente. A que se deve tais paragens? Estão relacionadas com problemas surgidos com o visto do Tribunal de Contas, relativo à empreitada de construção dos empreendimentos nos bairros sociais do concelho do Funchal? E esta situação já está ultrapassada?”-----

O Presidente da Câmara, interveio dizendo:”Relativamente ao Bairro de São Gonçalo, de facto algumas das famílias já começaram a ser realojadas, uma vez que a primeira fase da obra consiste na construção de trinta e sete fogos. A segunda fase é de vinte e quatro fogos que é um concurso que vai ser lançado no Verão e a terceira fase de vinte e seis fogos. Portanto, relativamente aos trinta e sete fogos, a obra já foi adjudicada, e as obras irão iniciar-se no final do próximo mês de Março. Relativamente à questão dos Viveiros, houve uma recusa do visto do Tribunal de Contas, relativamente a uma obra que estava adjudicada e neste momento lançámos um novo concurso para retomar e concluir a obra.”-----

O deputado municipal Rui Ludgero Olim Marote, do CDS/PP, usou da palavra para dizer o seguinte:” Tenho cinco pontos a apresentar. Não é nenhuma recomendação que vou fazer a esta Câmara. Em primeiro lugar temos falado aqui que os Quinhentos Anos não deixaram nenhuma obra emblemática. Mas afinal deixou-nos uma obra emblemática. Que é a obra do Homem Aranha! O homem Aranha não foi do tempo do senhor vereador Calado. O Homem Aranha é aquela estátua que foi colocada na Promenade entre as Docas do Cavaco e o Centro Mar, do Gonçalves Zarco. Se ninguém sabe se é ele ou não. Porque V. Ex.^a. colocou naquela estátua uma legenda numa placa dos Quinhentos Anos e não se vê nada. O que se vê, são só

turistas a andar à volta da estátua e perguntam quem é este homem? V. Ex.^a tem de substituir aquela placa e colocar uma nova. Agora, senhora vereadora Rubina. Embora não tenha este pelouro, V. Ex.^a passou na Travessa e na Rua da Praia para se inteirar do assunto, uma vez que isto é do pelouro do seu colega Costa Neves. V. Ex.^a foi lá se inteirar dos urinóis da via pública. E nada daquilo está resolvido. No momento actual aquilo ali continua a ser um urinol público. Aquele túnel de acesso é só de máscara para passarmos ali. Por último, quero dizer ao senhor João Augusto, que está cá desde o princípio a substituir o presidente da Junta de freguesia. Tenho admiração pelos membros das autarquias, principalmente das juntas de freguesia, da qual já fiz parte e sei o trabalho meritório que fazem. Na Rua Dr. Brito Câmara, uma senhora que vive num segundo andar, teve este problema. O dono de uma agência de viagens cortou a luz e a água à senhora. A senhora paga a água à CMF. E porquê? É uma senhora de setenta e tal anos e devido à medicação que toma, tem por vezes algumas perturbações, não deixa ninguém entrar em casa para consertar o derrame que vai para a agência de viagens. E o dono muito chateado cortou o cano da água. E, depois a junta de freguesia da Sé mandou para lá, dois bombeiros, dois polícias, uma assistente social, para levar a senhora numa ambulância ao hospital. Neste momento a senhora ainda tem falta de água e tem a água paga na Câmara. Isto é um crime. Arrombaram a porta para entrarem na casa da senhora. -----

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira interveio dizendo:” Uma das preocupações que a Câmara tem realmente, tem a ver com algumas das passagens da cidade. Falou na Rua da Praia, Travessa da Praia, existe ali debaixo do Freitas Martins e uma outra junto à Alfandega. Quer uma quer outra, uma já está fechada, tinha uns portões há muitos anos, que foram já reactivados e durante a noite os securitas passam por lá e abrem entre as dez e as oito da manhã. E uma outra será

eventualmente colocada uma porta junto à passagem entre a Alfandega e a Cinco de Outubro, onde havia um estabelecimento de diversão nocturna, o “Refelex” para o mesmo efeito. E isso é uma preocupação nossa. Porque infelizmente não é só o fechar, porque à noite essas passagens têm pouco efeito, mas essas limpezas que é feita pelos serviços da Câmara utilizado produtos para o efeito. Agora é falta de civismo dalgumas pessoas. Porque uma cidade limpa, não tem a ver com o número de pessoas que limpam, mas sim com o número de pessoas que não a sujaram. Em relação à questão que falou, tem razão sim senhor. A placa que está lá adiante na estátua no início da promenade, uma placa em latão tem as letras apagadas e vamos concerteza substituir a placa. Agora em relação à questão que colocou sobre a falta de água da senhora. Penso que não é bem o que diz. Por questões pessoais acho que não deve ser tratada numa Assembleia como esta. Temos muito prazer em esclarecer consigo no final as questões que estão por detrás deste mesmo assunto. Porque a informação que temos não é bem esta que o senhor deputado colocou.”-----

O deputado municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do BE usou da palavra fazendo a seguinte intervenção:”A nossa proposta de recomendação, tem a ver sobre a toponímia do concelho alusiva ao vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. A toponímia de um concelho deve ser usada para homenagear e dignificar personalidades, datas, históricas e efemérides cujos feitos e significados, respectivamente, tenham impacto positivo e benéfico comprovado na sua dinâmica social, ambiental, política, económica, cultural e desportiva. Nesta medida e a título meramente exemplificativo, personalidades como Manuel de Arriaga enquanto primeiro Presidente da República (mil novecentos e onze/mil novecentos e quinze) e deputado eleito pelo círculo do Funchal ao parlamento monárquico no ano de mil oitocentos e oitenta e dois; Gonçalves Zarco enquanto

ilustre Presidente da Câmara Municipal do Funchal; a data histórica de cinco de Outubro de mil novecentos e dez enquanto data coincidente com a implantação da República; a Autonomia Política e Administrativa de que goza a nossa Região; estão todos e bem, devidamente assinalados na toponímia do nosso Concelho. Estranhamente, a data histórica de vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, coincidente com o derrube da ditadura e com a instauração da democracia no nosso país, a qual possibilitou posteriormente o surgimento do nosso regime autonómico, não encontra no registo toponímico do nosso Concelho nenhuma referência ou alusão. Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal reunida no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e nove, dada a suprema importância e relevância que esta data tem para o nosso país bem como para a nossa Região, decide efectuar a seguinte Recomendação à CMF. – redenominar a recente Avenida Santiago Menor de Avenida vinte e cinco Abril, conferindo assim a esta data uma justa e dignificante homenagem. A escolha desta Avenida do nosso concelho prende-se com o facto desta artéria estar já projectada desde o tempo da ditadura e estar então designada como Avenida Salazar. Assim, ao nomear esta Avenida com a data de vinte e cinco de Abril, a CMF evidencia de forma clara a sua completa e total aversão ao regime deposto em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. - Caso a red denominação não seja possível nos moldes acima propostos, esta Assembleia Municipal do Funchal recomenda então à CMF que a data de vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro seja assinalada no registo toponímico do nosso concelho aquando da inauguração de futuras artérias cuja dimensão e relevo para a cidade sejam consentâneas com a grandeza desta data.-

O Presidente da Câmara, interveio dizendo:” Acho que não há qualquer estigma. Porque a avenida foi-lhe atribuída o nome de São Tiago Menor, que é o Santo

padroeiro da Cidade do Funchal e na freguesia de Santa Maria Maior, que é a matriz da cidade onde está situada a Igreja do Socorro ou denominada Igreja de São Tiago Menor, onde todos os anos no primeiro de Maio é rendida uma homenagem a esse Santo. É evidente que não há também um complexo relativamente à questão da data do vinte e cinco de Abril. Agora, relativamente à questão do Salazar ou ter mencionado no Diário de Notícias, por lapso certamente, Avenida Salazar tem apenas a ver com uma circunstância: é que a gíria popular, que começou a denominar a avenida Salazar porque foi uma avenida que foi traçada na data da altura do Estado Novo. Um dia que exista essa pretensão, com todo o gosto atribuímos a data de vinte e cinco de Abril. Acho que não devemos ter complexos em relação à história. Não devemos apagar a história. Ali na sala de reuniões da Câmara continua lá afixado o Pedro Machado Carmona. Da mesma forma que nesta sala estão os reis da monarquia Constitucional. Agora o que é fundamental é dar a conhecer às novas gerações, o que é a história e o que foi a realidade do país. Quer queira ou não, para o bem ou para o mal, houve um Estado Novo, houve um estado autoritário que governou mais de quarenta anos. Isso é a realidade da nossa história.”-----

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, interveio dizendo:”Em relação a esta proposta. Digo que se há algum estigma ou algum complexo, é por parte de uma certa esquerda, que acha que o país com nove séculos só começou depois do vinte e cinco de Abril. E, de facto o país não começou há trinta e cinco anos, começou há muitos anos e séculos, com momentos bons e menos bons. O vinte e cinco de Abril foi apenas um desses momentos. Agora, se analisarmos o vinte e cinco de Abril “per-si”, o vinte e cinco de Abril foi um mau momento. Senhora deputada, arroga-se o direito de saber tudo sobre o vinte e cinco de Abril, que é o momento central da sua vida. Os senhores perderam e não quiseram nem puderem

impor aquilo que queriam no vinte e cinco de Abril, ficaram complexados e daí que temos que ouvir durante muitos anos falar sempre do vinte e cinco de Abril, enquanto a geração do vinte e cinco de Abril não acabar. O vinte e cinco de Abril acabou com o Estado Novo, acabou com a ditadura, com a tortura, acabou com a polícia política, etc. No dia vinte e seis de Abril começou o período revolucionário. Sabe o que era o período revolucionário em curso? Os saneamentos nas empresas, as prisões discricionárias por parte da extrema-esquerda, as brigadas revolucionárias, o terrorismo de esquerda, que felizmente veio acabar com uma data, que essa mais importante, que foi o vinte e cinco de Novembro. Sim, que permitiu a implementação e a instauração de uma verdadeira democracia neste país. Não foi o vinte e cinco de Abril que veio trazer a democracia. Aquilo que trouxe a democracia foi o vinte e cinco de Novembro. Foi a devolução da calma e da serenidade aos partidos e à sociedade portuguesa. Mais importante do que a toponímia do Funchal ter o vinte e cinco de Abril referido, mais importante que isso é ter vinte e cinco de Novembro. Porque não se lembraram do general Humberto Delgado? É talvez uma das figuras mais emblemáticas da luta contra o Estado Novo. Mas não, o que quiseram trazer foi o glorioso vinte e cinco de Abril e a derrota que lhes foi infligida nesse período. Só quero dizer que não foi o vinte e cinco de Abril que trouxe a autonomia à Madeira. Basta ver as discussões na Assembleia da República aquando da constituinte e aquando da consagração do regime autonómico da Madeira. Basta ver as posições de alguns senhores que ainda hoje atiram ataques constantes à Autonomia, para ver as posições que esses mesmos senhores tomaram nessa altura. Os grandes apoiantes do vinte cinco de Abril, apoiantes da autonomia. Não foi isso. O que trouxe o regime autonómico foi a vontade do povo madeirense e a vontade de algumas forças políticas menos radicais e menos extremistas. Eu acho que a Câmara foi extremamente feliz

com o nome que atribuiu àquela artéria importante. É um nome acima de qualquer suspeita, é um nome acima de qualquer politiquice que possa existir, é um nome consensual, é um nome que acima de tudo se integra na própria zona da cidade. Não tarda nada que vamos ter propostas aqui como: Avenida Reforma Agrária, Avenida Povo Unido, Avenida Estalini, Avenida Capitães de Abril, etc. Felizmente, enquanto formos maioria estas tentativas de politizar as nossas artérias vão ser afastadas. “-----

O deputado municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do BE, disse: “Só para esclarecer o senhor deputado, que se realmente o facto de apresentarmos esta proposta para designar de vinte e cinco de Abril uma das artérias da cidade, significa que isso é sinal que vamos propor outras designações de âmbito mais politizado. Então, o que dizer das artérias do Cinco de Outubro, da Autonomia? Isso são todos factos que fazem parte da nossa história. Se não podemos politizar nada disso, então essas designações também não deviam ter sido atribuídas no nosso concelho. Relativamente ao facto de dizer que o vinte e cinco de Abril não contribuiu para a nossa autonomia. A Assembleia constituinte só existe porque houve um vinte e cinco de Abril. E é na Assembleia Constituinte que o regime autonómico ficou consagrado. Quer queiramos ou não, a autonomia tem genes no vinte e cinco de Abril. Relativamente à proposta que faz do general Humberto Delgado, sim, nós subscrevemos. É uma figura ímpar da nossa história, foi um dos lutadores no antigo regime, que deu a cara pelo derrube da ditadura. É uma boa sugestão. Não pretendemos reescrever a história. Simplesmente achamos que é uma lacuna que existe no nosso concelho. Não ficava mal a esta Assembleia decidir que essa data devia estar inscrita no toponímico do nosso concelho. E a questão dos complexos tem que ser melhor esclarecida.”-----

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, retorquiu:”Senhor deputado, o vinte e cinco de Abril contribuiu para a instauração do regime autonómico da mesma forma que a descoberta da Madeira contribuiu, da mesma forma que a nação portuguesa contribuiu, da mesma forma que o cinco de Outubro contribuiu, da mesma forma que todas as marcas históricas e todos os cortes, os avanços e recuos que a nossa história testemunhou contribuiu para o vinte e cinco de Abril. E foi essa mesma Assembleia Constituinte que teve cercada que teve sob custódia e sob sequestro da parte de alguém que não queria que a mesma deliberasse. Esse alguém, de certeza que não eram pessoas ligadas ao partido social-democrata ou partido socialista. Eram pessoas ligadas a outras áreas mais à esquerda, que não queriam de facto que aquelas deliberações e aquelas decisões que estavam a ser tomadas na Constituinte pudessem ser tomadas. Em relação, aos complexos, não tenho nenhum complexo em relação ao vinte e cinco de Abril, senão não sugeria o nome do general Humberto Delgado. Se tudo tivesse parado no vinte e cinco de Abril, desgraçados estaríamos nós”-----

A deputada Tânia Sofia Andrade Gonçalves, do PS, disse:”Em relação a esta proposta de recomendação, o PS concorda com a denominação da primeira Avenida de São Tiago Menor, como o padroeiro da cidade, como o senhor Presidente já referiu. Mas principalmente a segunda proposta que o BE apresenta, caso a primeira não seja aceite. Nós concordamos que a data vinte e cinco de Abril seja um registo toponímico aqui na nossa cidade. Também já sabemos o que o PSD pensa do vinte e cinco de Abril e não devemos estar aqui a discutir as nossas divergências sobre a comemoração dessa data ou não. E, refira-se que existe cá na nossa cidade, uma rua que é o da revolta da Madeira, quatro de Abril, salvo erro.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pôs à votação a recomendação apresentada pelo BE, não tendo sido a mesma aprovada, com vinte e seis votos contra do PSD, nove abstenções, sendo oito do PS e uma do CDS/PP e cinco votos a favor, sendo três do PCP/PEV e dois do BE. -----

Declarações de voto: -----

A deputada municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves, do PS, fez a seguinte declaração de voto:” O PS absteve-se na proposta global, como referi, visto que somos contra a alteração da denominação da Avenida de São Tiago Menor. Mas somos a favor de que num futuro registo toponímico, que se use o nome da revolução do vinte e cinco de Abril para uma avenida ou Rua desse género. Nós achamos que apesar de termos votado, isto é uma proposta de recomendação. E o BE está a recomendar à Câmara. A Câmara segue a recomendação ou não. Acho que não deveríamos ter votado.” -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, esclareceu: “ Peço desculpa, mas é obrigatório a votação, está escrito no próprio Regimento que as recomendações sejam objecto de votação”-----

Ordem de trabalhos:-----

Primeiro Ponto: Apreciação da infracção escrita do Presidente da CMF, e acompanhamento da actividade da Câmara e das empresas municipais, e associações, em observância ao disposto nas alíneas c), d) e e), bem domo da situação financeira da CMF, nos termos dos artigos cinquenta e três da Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, acompanhados da documentação constante da alínea cc) do número um e número quatro do artigo sessenta e oito da citada lei.-----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, disse: “Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento que os senhores deputados queiram colocar.”-----

Inscrições:-----

A deputada municipal Guida Maria Vieira Martins, do BE, usou da palavra dizendo:”Já aqui foi falado do problema dos painéis electrónicos. Mas o BE queria colocar uma questão ligada a estes painéis. Várias vezes nesta Assembleia, a CMF pela voz do senhor Presidente, fez um apelo e o grupo parlamentar da maioria também, para haver um entendimento dentro dos partidos, para que na chamada zona central da cidade não fosse colocada cartazes nessa zona. Foi feito um acordo. O BE não subscreveu esse acordo, mas cumpriu, porque não estamos de acordo que a Câmara imponha trinta dias como período de pré-campanha. E nós consideramos que pré-campanha é desde a data que as eleições estão marcadas. Para nós é uma questão importante, não assinamos esse acordo, mas cumprimos. Retiramos todos os placares das ruas da cidade onde foi combinado. São retirados os placares dos partidos e aparecem uns placares electrónicos da CMF, se são inestéticos ou não, não nos interessa. Mas queríamos colocar esta questão à Câmara. Se agora os partidos quiserem colocar painéis electrónicos para transmitir a sua mensagem exactamente nos mesmos lugares onde estão os painéis da Câmara? Qual a posição da Câmara em relação a isso? Segunda questão. A Estátua do Semeador. Desde pequena que lembro que a estátua do Semeador faz parte da figura central da nossa cidade. Já teve na sede do Governo, na antiga Junta Geral, Parque de Santa Catarina. Agora queremos saber onde é que ficará definitivamente colocado o pobre do Semeador? Já há um local digno para colocar esta Estátua? Sim, porque a Estátua já faz parte do figurino da nossa cidade. Porque assim desta maneira, é uma tristeza a forma como se trata o património. Outra questão. A cobertura das paragens na Avenida do Mar. Várias

vezes o BE tem colocado esta questão na Assembleia. A resposta que tem sido dada é que: sim senhor, há um concurso que foi aberto, mas internacional, tem muita burocracia, blá, blá... e continuamos na Avenida do Mar e em toda a volta da cidade, nas paragens da Casa da Luz, sem cobertura. E era bom que quem ande de transportes públicos, fosse num dia como este, lá para saber o que é estar numa das paragens sem qualquer cobertura! Quando é que isto se resolve? O que falta? Agora outra questão. O problema dos descontentamentos em relação à cota Quinhentos. Ouvimos as pessoas a reclamar. Gostávamos de saber como é que esse problema está a ser tratado. Estão a ouvir as reclamações das pessoas? Algumas muito preocupadas com o que vai acontecer à sua habitação. Essas pessoas que têm a sua habitação vão perder a sua habitação naquela grande obra? Está a ser resolvido o problema de habitação alternativo? Outra questão. A fundação dos Quinhentos Anos. Na última Assembleia tentei arrancar do senhor vereador Pedro Calado alguma coisa sobre isso. O senhor vereador disse que era para a próxima Assembleia, nesta não há nada na ordem de trabalhos. Como é que é? É a Fundação, é a Empresa Quinhentos Anos? Quem é que vai gerir a questão da cultura da cidade. Diz que houve uma série de sinergias que foram e que ficaram das comemorações dos Quinhentos Anos, que iam ser aproveitadas, sobretudo na área cultural. Como é que está essa questão? Finalmente, uma questão mais particular. O BE já em anteriores Assembleias tem colocado uma preocupação relacionada com a protecção acima da escola dos Barreiros. Realmente foi lá colocado um varãozinho, mas toda aquela zona continua a ser um perigo. Inclusive, acima do Caminho das Virtudes, quem sobe. Naquela subida passa muitos alunos. Tem uma paragem de autocarro, acima das Virtudes, num local incrível, numa curva e ali não há passadeira e não tem nenhuma protecção para peões! Quando é que

vai ser resolvido o problema da protecção daquela zona? É uma questão que deixo à consideração.”-----

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, interveio dizendo:”Várias questões que o relatório suscitou ao BE. Em relação à Estátua do Semeador, senhora deputada, aquele é o local definitivo. Essa é a nossa vontade. Se ouviu ou fez essa suposição, não foi de certeza por parte da Câmara que teve essa informação. A Estátua do Semeador, sabemos todos os sítios por onde andou. Foi encontrado esta nova localização por várias razões: por um lado por uma questão estética, devidamente fundamentada pelo parecer dos técnicos, que diziam que a Estátua devia ficar num local onde tivesse escala. Visto que no Parque de Santa Catarina era um espaço aberto, sem atrás ter, digamos assim, ter um pano de parede, em que a Estátua pudesse ter o devido destaque. E, achou-se que este local aqui, por ter a tal escala, e que é um local pequeno, seria um local adequado. Em segundo lugar, porque o semeador significa duas coisas. Uma interpretação directa que faz a alusão à agricultura, mas uma alegoria, mais interessante por parte do seu escultor, porque tem a ver que quem semeia faz o bem-estar da sociedade. Normalmente quem semeia esse bem estar, são as instituições, que fazem o seu trabalho em prol do povo, nas autarquias. E ao ficar numa autarquia, há no fundo de ficar junto a uma instituição que no seu dia a dia a sua principal acção é realmente semear o bem-estar da população. Portanto em via destas duas situações, quer ter um espaço mais pequenino em relação a esta alegoria que presumimos que seja a intenção do seu escultor. E foram questionadas várias pessoas quanto à sua localização e as mesmas deram a sua concordância. Portanto, a nossa vontade e espero que este Semeador não continue a fazer quilómetros pela nossa cidade. Em relação à questão dos painéis electrónicos que colocou. Permita-me que lhe diga e sabe o respeito que tenho sempre pelas suas

questões, mas aqui há uma certa demagogia da vossa parte. A Câmara tem a seu poder o ofício que nos enviaram por causa da reunião que promovemos com todos os partidos, em que o BE foi o único partido que não o subscreveu, embora reconheça que a partir dessa data retirou de acordo com esse mesmo protocolo que foi assinado. Mas o BE dizia que uma das condições seria também que no centro da cidade fosse retirado toda a publicidade com a excepção da publicidade concessionada. Entendia-se como publicidade concessionada, os abrigos que existem dos autocarros e também estes painéis electrónicos que também é publicidade concessionada. Estes mesmos painéis decorrem de um concurso público que foi feito a uns anos atrás, em que existiam sete painéis espalhados pela cidade, que se revelaram obsoletos do ponto de vista tecnológico e que foram substituídos por estes mesmos. Estamos a falar de informação institucional, que é de interesse público, espectáculos, de agenda cultural, de informação turística, e nunca de divulgação partidária. Senhora deputada, equiparar um painel que tem esta função pública, penso que é um pouco de demagogia na sua posição em relação a este assunto. Agora outro assunto. Cota Quinhentos. É uma obra do Governo Regional importantíssima para a cidade. A distância /tempo que essa mesma área da cidade, muito mais próximas do centro do Funchal, mas também não há obras sem impactos. A Câmara tem sido aqui um pronto-socorro, que ocorre por questões que ocorrem na obra, e que prejudica, digamos assim, muitas das pessoas que vivem. Ali. Para esse efeito a Câmara com o Governo Regional e a junta de freguesia de Santo António, criou um grupo de trabalho, para que todas as questões que tenhamos conhecimento, que se faça chegar à Câmara e à Junta de freguesia, para que este grupo de trabalho possa tentar arranjar uma solução mais rapidamente. São questões de saneamento básico, desvios de águas de rega, águas fluviais etc. Peço a compreensão das pessoas e acho que é uma obra

importante para a cidade. Muitas das questões que foram levantadas, vão ser resolvidas. Abrigos de autocarros. Como disse, o concurso foi aberto, demorou cerca de dois anos. Nos termos desse contrato a empresa concessionária tem a obrigação por ano de colocar quatro novos abrigos. Cento e vinte e cinco abrigos existentes no concelho do Funchal. Este concurso novo vai implementar mais cento e vinte, a uma média de vinte e quatro por ano. Em que nos cinco primeiros anos, o concessionário tem a obrigação de colocar vinte e quatro abrigos de autocarro. Essa obrigação termina no dia dois ou três de Agosto. Estamos a trabalhar com o concessionário, há uma lista feita e já entregue, que é no entender da Câmara os sítios prioritários para a colocação dessas mesmas paragens. Posso dizer que a prioridade na colocação dos abrigos será dada a uma linha, que é um projecto comunitário, e que a Câmara assumiu o compromisso perante a Comissão da União Europeia que esta linha, que é uma linha nova entre o centro do Funchal e a Praia Formosa, seria um linha exemplar, piloto. E que teriam um conjunto de requisitos que a União Europeia nos exige. Que todas as paragens tenham abrigos, sempre que possível, fazer paragens sobre elevadas porque o degrau entre a paragem e o autocarro seja menor, sinalização específica...enfim, um conjunto de questões. A Câmara dará prioridade para a colocação dessas paragens nesta nova linha. Mas retirará as antigas. E são as antigas que ainda estão em razoável estado de conservação, que serão colocadas em sítios em que ao longo do tempo, quer a população, as juntas, os partidos políticos da oposição, têm feito chegar aqui a Câmara preocupações e prioridades. Vamos tentar que nestas vinte e quatro por ano, ir de encontro a estas questões. Mas, senhora deputada, se conhece o nosso PPI, quero também lhe dizer que a Câmara tem vindo a construir a um ritmo de dez paragens por ano, paragens em alvenaria, ou seja, mais próprias para resistir às intempéries e ao vandalismo, nas zonas onde a publicidade nunca chegará.

Onde o concessionário não tem interesse em colocar. Normalmente tem a ver com as zonas altas da cidade, paragens mais distantes do centro. Ao longo destes anos, a Câmara tem construído mais de quarenta paragens, em alvenaria, em blocos, num estilo único, para que cada freguesia tenha o mesmo estilo. Basicamente os “timings” serão estes: até Agosto será colocada vinte e quatro e outros seguirão à cadência de vinte e quatro por ano”-----

O vereador Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, interveio para dizer o seguinte:”Sobre a Fundação e já na anterior Assembleia se falou nisso. Nunca ninguém disse que o Funchal Quinhentos Anos iria passar a Fundação. Não há nenhuma Fundação Funchal Quinhentos Anos. O senhor Presidente da Câmara já falou no projecto que existe de criar a Fundação Funchal Vinte e Um. E essa Fundação, para que não haja qualquer dúvida, será uma Fundação para tratar única e exclusivamente de duas áreas, da cultura e da ciência. O que nós temos vindo a dizer é que vamos aproveitar as sinergias criadas com o Funchal Quinhentos Anos para rentabilizar essa Fundação, cujo nome dá origem à outra. Antes de existirem os Quinhentos Anos, já havia a ideia de criar a Fundação, para a cultura e para a ciência. Ora, nós neste momento estamos em fase de constituição. Essa constituição deverá ocorrer em Maio deste ano, não antes disso. E porquê? Embora o Funchal Quinhentos Anos tenha cessado a actividade operacional em Dezembro de dois mil e oito, temos este período para fechar as contas do Funchal Quinhentos Anos. Não fazia sentido, estarmos a fechar umas contas e abrir um outro projecto. Para não haver nada em duplicado, ou estarmos a criar situações paralelas, vamos primeiro acabar uma situação. Por isso, referi que a Fundação Funchal Vinte e Um está prevista a sua constituição em Maio de dois mil e nove. Como sabem, e quando apresentamos aqui o orçamento não foi feita referência nenhuma no nosso orçamento para dois mil e

nove, verbas a transferir para esta Fundação. Nem podíamos, porque não posso prever no orçamento verbas a uma entidade que não existe, que é inexistente. Este ano de dois mil e nove, vai ser um ano para nós, encarado como o ano zero dessa Fundação. Isto significa, que neste momento estamos mais preocupados em dar corpo a essa Fundação, porque se trata de um projecto a longo prazo para cidade do Funchal. E nada melhor para sabermos honrar o passado, e aquilo que foi feito de bom, quer na área da cultura, quer na ciência, do que estarmos preocupados com o futuro. E nada melhor, sabendo que os orçamentos não são elásticos e que cada vez há mais dificuldades financeiras, em criarmos ou arranjarmos um mecanismo que através de apoios comunitários ou até mesmo internacionais, possam ser canalizados para estas áreas, mas através de uma Fundação. A ideia base da constituição da Fundação é única e exclusivamente essa. Mas a seu tempo, faremos a apresentação do projecto, tudo está a ser estudado, queremos salvaguardar o interesse de todas as partes, até mesmo de funcionários da Câmara, que alguns podem passar para essa estrutura, ou não. Há que salvaguardar o pagamento de horas extraordinárias, como sabem, estamos impedidos de fazer o pagamento de horas extraordinárias. Por sua vez e como sabem não há espectáculos durante o dia, o funcionário público tem o horário das nove às cinco e durante esse período não vamos pôr nenhum teatro, porque ninguém vai ver. Portanto, qualquer evento que aconteça à noite, implicava quase que obrigatoriamente o pagamento de horas extras. Estávamos num impasse. Ou fazemos os eventos e vamos contra a lei, fazendo as horas extras, ou não fazemos eventos. É quase preso por ter cão e preso por não ter cão. Estamos a pensar e a estudar todos os mecanismos, da forma como vamos constituir esta Fundação e no tempo correcto. Vamos trazer aqui, para apresentar o projecto.”-----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, acrescentou:”De qualquer maneira, senhora deputada, durante este prazo a Cultura não pára no Funchal. Porque há um Departamento de Cultura em vigor, para a Feira do Livro, para o festival Jazz, Altares de S. João, festas da Sé, para tudo isso, o Departamento de Cultura continuará.”-----

O vereador Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, acrescentou:”Sugiro a V. Exas. que consultem o site da Funchal Quinhentos Anos. Porque o seu colega na última Assembleia tinha muitas dúvidas sobre o que se tinha feito no Funchal Quinhentos Anos. O site é: “www.funchalquinhentosanos.com”. Tem lá os eventos dia a dia que foram feitos”-----

O deputado municipal Rui Ludgero Olim Marote, do CDS/PP, interveio dizendo:” O senhor Vice-presidente há pouco disse que a firma que tem os painéis digitais, aqui no Funchal, que já o tem há muito tempo. Portanto, tinha os outros que eram obsoletos e que V. Ex.^a sabe que nunca funcionou e que ficaram naquele estado de degradação. Eu peço a esta Câmara que na próxima reunião traga um documento a esclarecer quanto é que esta firma pagou ou se alguma vez pagou a esta Câmara de ter os painéis? Saber quanto é que entrou na Câmara! V. Ex.^a que passa todos os dias no Funchal, espero ver no próximo relatório de actividades. Edifícios do Golden Gate, propriedade do Governo Regional, da Secretaria dos Recursos Humanos, que há cerca de um ano, não tem um tapassol, foram retirados todos. O prédio está em degradação. Se olhar vem frente, para o prédio da Junta Geral, parece que houve um incêndio naquelas janelas, precisamente onde está a Secretaria das Finanças. V: Ex.^a que mande ou exige os seus proprietários pintar os seus prédios no centro do Funchal, que faça chegar junto ao GR uma nota, para que possa recuperar o prédio do Governo, tanto um como de outro. Não olhe para o chão, olhe para o ar. E, se o GR nessa

mesma nota, não repor o prédio, a CMF deverá executar esta mesma obra e mandar o preço ao Governo, para pagar, como V. Ex.^a faz com os outros proprietários”-----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, disse:”Senhor deputado, tenho que olhar para o chão e para o ar. Porque no chão tem o pavimento, o alcatrão. Um autarca tem que olhar para todos os lados. Seja de privados ou do Governo, a responsabilidade acaba sempre por ser da autarquia. Em relação ao concurso. Não há pagamento, da mesma forma que no anterior concurso dos abrigos não havia pagamento. Ou seja, a contrapartida que está feita, é como haveria antigamente nos anteriores concursos dos abrigos. Não havia pagamentos, havia contrapartidas em campanha publicitárias que a Câmara poderia fazer. A Câmara entendeu à vinte e tal anos que era mais interessante ter as campanhas de publicitárias para sensibilização. E na altura do concurso que foi feito, e isso é obrigatório, que sessenta por cento do tempo da emissão desses mesmos painéis é da responsabilidade da Câmara. E só quarenta por cento do tempo é vendido em publicidade. Portanto, a contrapartida para a autarquia, é na emissão, digamos assim, desse espaço, que é um canal, que se eu fosse fazer no diário, televisão, se fosse fazer como publicidade, pagava dinheiro, é um CANAL de comunicação entre a autarquia e os seus munícipes. Não há pagamentos “-----

Segundo Ponto: Apreciação e votação da proposta camarária, de declaração de utilidade pública, com carácter de urgência da expropriação e autorização de posse administrativa, de uma parcela de terreno com a área de sessenta e oito e meio metros quadrados e de todos os direitos a ela inerentes e/ou relativos, a destacar da parte descoberta do prédio urbano localizado no Caminho de Santo António número trinta e cinco, da freguesia de São Pedro, por a mesma ser indispensável à execução da obra do Alargamento Parcial da Travessa da Cruz

de Carvalho numa extensão de cerca de cem metros, ligando o Caminho de Santo António para Oeste, a um novo arruamento do Plano de Urbanização da Levada do Cavalo, já parcialmente executado. -----

O Vice--Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira usou da palavra dizendo:”Este ponto de trabalho, bem como o ponto quatro como já falaremos mais à frente, são pontos interessantes. Visto que é a primeira vez que me lembro e que os juristas desta casa com mais anos do que eu, que é declarada a utilidade pública através nesta forma que a lei prevê e que até agora ainda não tinha sido exercida. Ou seja, prevê a lei do Código das Expropriações, que a entidade que declara utilidade pública, possa ser a Assembleia É o caso deste arruamento que se integra no pormenor da Levada do Cavalo, que na sua planta rodoviária inclui este mesmo arruamento. Ao contrário daquilo que era feito até agora, em que a Câmara enviava para o Governo Regional, para o GR declarar utilidade pública, através de resolução, a Câmara enviou para a Assembleia Municipal, visto que há um Plano de Pormenor para este efeito. Este arruamento com cerca de cem metros lineares, como está descrito, serve várias famílias, permite a instalação de saneamento básico e de infra-estruturas numa zona que não a tem e permite mais um acesso entre a Praça D. Francisco Santana e o Caminho de Santo António. Estou ao dispor de V. Exas. para qualquer questão que queiram levantar”.-----

Não houve inscrições. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Não houve declarações de voto. -----

Terceiro Ponto: Aquisição dum prédio urbano na zona envolvente ao Forte de São João Baptista, comumente conhecido como Fortaleza do Pico, freguesia de

São Pedro, tendo em vista: criar um jardim público devidamente equipado com mobiliário urbano e equipamento de recreio infantil, para lazer e convívio da população local e geral; edificar as novas instalações da junta de freguesia de São Pedro, para tanto, reconvertendo e reabilitando a edificação, em adiantado estado de degradação; - recuperar o miradouro existente, que permitirá aos turistas e residentes desfrutar de uma soberba vista sobre a parte ocidental da baixa da cidade do Funchal; - reabilitar o parque de estacionamento público existente; valorizar o património botânico da zona, mantendo e preservando os Jacarandás (*Jacaranda mimosifoli*) e as Palmeiras de Canárias (*Phoenix canariensis*) de grande porte, bem como introduzindo elementos de flora indígena e exótica, no montante global de quinhentos e oitenta e oito mil e setecentos euros). -----

O vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, disse:”Em relação a este ponto, trata-se da Câmara solicitar autorização nos termos da lei à Assembleia Municipal para a aquisição de uma parcela de terreno de um prédio urbano existente na freguesia de São Pedro, junto à Fortaleza do Pico. Como está devidamente agendado e nos documentos que foram distribuídos a V. Exas., a intenção da aquisição deste terreno, que pelo seu valor tem que vir à AM e que carece também de visto prévio por parte do Tribunal de Contas. O objectivo da Câmara para a aquisição deste prédio tem a ver com a criação de um jardim público naquela zona do Pico Rádio e essencialmente para edificar as novas instalações da junta de freguesia de São Pedro. Como é do vosso conhecimento, a junta de Freguesia de São Pedro é a única Junta, cuja sua sede está fora dos limites geográficos da freguesia, neste caso está instalada na Freguesia da Sé. Esta é uma obra que está no programa da Câmara e do Governo há alguns anos vir fazer e, conseguimos aliar estas duas realidades. Ou seja, requalificação

urbanística de uma área que está fortemente degradada, de uma área que é muito bonita da cidade do Funchal, duma área que por ser de servidão militar, do ponto de vista dos privados, nunca mereceu grande interesse, porque a sua capacidade construtiva é muito diminuta. Portanto, por via dessa razão, estava deteriorada e com algumas condições de degradação de habitabilidade. Com esta intervenção, propõe-se a realização dum jardim com parque infantil, a requalificação urbanística, a criação da Junta, a requalificação do parque de estacionamento já existente, junto à Rua dos Frias. Também é uma obra que está co-financiada em empreitada, através de contrato programa com GR. Acho que é uma obra fundamental na freguesia de São Pedro, que tem ali na zona da Achada, hoje em dia, uma grande zona de crescimento habitacional. São Pedro, já não é a zona baixa de São Pedro, junto à Igreja, tendo vindo a espalhar-se quer para a Achada quer para o Hospital. É uma zona servida por transportes públicos, tem parque de estacionamento. Acho que é uma mais valia para o nosso concelho. Estou à vossa disposição para qualquer esclarecimentos.”-----

O senhor deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS, disse:” Recentemente o PS visitou o local e achou por bem, para falarmos e estarmos dentro do assunto. Verificamos que o local é uma vasta área que está sub-aproveitada e concordamos com esta iniciativa da Câmara. Aliás, que deveria ter sido há mais tempo. É uma área bastante considerável, e em princípio quer o jardim público quer os parques de estacionamento e até os miradouros, porque parece que vão fazer dois miradouros para a parte sul. Vai dar assim um grande impacto para qualquer turista nacional ou estrangeiro que visite o local. Portanto, veio engrandecer a nossa cidade. E como tal, o PS não podia deixar de votar favoravelmente. Mas queria salientar aqui alguns aspectos. Em conversa com alguns moradores locais, chegamos a perceber que há uma pequena dúvida. Há ali umas casas bastantes degradadas, e são casas que são

arrendatárias. Que destino a dar às pessoas? Uma vez que temos conhecimento que algumas casas vão ser recuperadas e voltarão para os seus senhorios. Mas sabemos que os proprietários, podem se dar ao luxo a reserva-lhes o direito de alugar aos mesmos ou não. Por isso, queria saber que destino a dar a esses mesmos moradores? Da nossa parte, acho que é uma forma de pôr o Funchal de cara lavada. Como já disse, terá o nosso sentido de voto favorável.”-----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, usou da palavra para esclarecer:” Existem realmente sete ou oito inquilinos nesse mesmo prédio e alguns deles em prédios degradados. Este é um prédio devoluto, já com os vãos fechados, janelas e portas. Em relação a dois desses mesmos inquilinos terão que ser realojados. Falo em relação à casa principal. É onde ficará instalada a junta de freguesia. A Câmara já dialogou com esse mesmo inquilino para que seja realojado e há a possibilidade de realojá-lo no mesmo local. Ficarão somente um senhor reformado, que haverá a necessidade de ser realojado. Todas as restantes famílias serão no lugar, ou seja, recuperar as casas, tirar os anexos abarracados existentes e as pessoas continuarão no local. A diferença é que deixarão de ser arrendatários do proprietário e passarão a ser inquilinos da CMF. Por outro lado, no núcleo habitacional que o senhor deputado referiu, ficará isolado, ou seja, não será possível, mesmo para defender a privacidade das pessoas, haverá uma vedação a separar a parte do jardim da zona habitacional. Era uma entrada própria. Também na política que a Câmara tem defendido, o jardim também por razões de segurança, à noite será fechado. Há uma separação entre o jardim e o núcleo habitacional.”-----

O deputado municipal Sérgio Diamantino Freitas Jardim Rodrigues, do PS, interveio:”O senhor Vice-presidente falou nalguns anexos abarracados que existem nalgumas casas e essa era principalmente uma das dúvidas de uma senhora. Penso

que a cozinha e a casa de banho funciona num desses anexos, e ela diz que não sabe o que vai acontecer. Se iriam construir algo para substituir a casa de banho e a cozinha ou se iam ficar sem essa infra-estrutura da casa. Porque ela é apenas arrendatária, não é senhoria e não tem possibilidades de construção ”.-----

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, disse o seguinte:” A Câmara vai tentar ir de encontro a todas essas apreensões que existem. Acima de tudo, do ponto de vista estético e do ponto de vista habitacional, na dignidade das casas que lá existem, tentar fazer as obras de forma a recuperar, digamos assim, as condições dignas de habitabilidade. No respeito das leis de edificação, iremos de encontro a essas preocupações e solicitações da população.”-----

O deputado municipal Énio Dionísio Vieira Martins, do PCP/PEV, interveio dizendo:”De facto, uma das preocupações que nos suscitavam era a questão relacionada com os moradores, mas o senhor vice-presidente já esclareceu. De resto, é uma zona em que todos nós reconhecemos que necessita de intervenção no sentido de requalificação e reabilitação. Esta proposta da Câmara é interessante e a criação das diversas infra-estruturas ou a recuperação das outras vai de facto de encontro a essa necessidade de intervenção, numa zona que de certa forma está negligenciada há alguns anos. Esta proposta merece o nosso voto favorável e naturalmente é de louvar a sua implementação”.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto Quatro: Apreciação e votação da proposta de declaração de utilidade pública, com carácter de urgência da expropriação e autorização de posse administrativa, de três parcelas de terreno com a área de quatrocentos e setenta e quatro metros quadrados, pelo valor global de cento e noventa e sete mil

quinhentos e sessenta euros, e de todos os direitos a elas inerentes e ou/relativos (servidões e serventias, colónias, arrendamentos, acessões, regalias, águas, pertences e acessórios, prejuízos emergentes da cessação de actividades e de todos e quaisquer outros sem reserva alguma), indispensáveis à execução das “Infra-estruturas Viárias da Frente Mar, incluindo Ciclovía e Separador Central”, na Estrada Monumental, na freguesia de São Martinho, por forma a corrigir a mobilidade local, quer automóvel, quer pedonal, na zona residencial dos Piornais, bem como incrementar o seu desenvolvimento urbanístico e turístico. Assim, ali irá proceder-se à construção dum passeio sul de grande largura, a que se associará um corredor de bicicletas, mantendo-se as quatro faixas de circulação divididas por um separador com nova menor dimensão. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, fez a seguinte apresentação:

“Esta proposta é semelhante do ponto de vista jurídico com o ponto número dois. E tem a ver com a expropriação de três parcelas na Estrada Monumental para a construção das infra-estruturas viárias da Frente Mar incluindo ciclovía e separador central. É o nome da empreitada vulgarmente conhecida só por ciclovía. O projecto é conhecido por parte de V. Exas., mas permitam-me só reforçar que acho que é um pouco redutor falar só em ciclovía. Estamos a falar na construção de uma ciclovía, mas que é todo um reperfilhar a um novo perfil na Estrada Monumental. E é um novo perfil que vai de encontro a dois objectivos. Melhorar as condições de circulação pedonal naquela via, porque as rodoviárias serão as mesmas, as faixas serão mantidas, duas em cada um dos sentidos, mas melhorar as condições de circulação pedonal. Como? Através do aumento do passeio a sul, através da ampliação do passeio norte,

que será francamente ampliado. Por outro lado, introduzir também uma componente de uma via ciclável. É uma tendência cada vez maior na União Europeia a introdução deste tipo de vias. Nós erradamente consideramos que o Funchal pela sua orografia não é compatível com este tipo de actividade física como forma de locomoção. A Estrada Monumental que é plana desde a Praia Formosa até à Ponte do Ribeiro Seco ou até à Avenida do Infante permite a introdução da ciclovia. Nesta empreitada já está incluída no projecto entre a Praia Formosa e o Funchal da ciclovia. Espero que em vereações futuras esta obra seja concluída até o Funchal e que permitirá, digamos assim, ter não só uma forma de transporte limpa, não poluente, livre de emissões de carbono, mas também forma de actividade física por parte da população, principalmente numa zona em que não é de moradia uni-familiares, mas de habitação colectiva, o que significa normalmente menos espaço para as famílias e crianças. Esta via vai permitir esta oferta em termos de lazer. Mas também a preocupação da ampliação das zonas verdes da nossa cidade, porque tem também a criação de mais alinhamentos arbóreos, tem a criação de um separador central com a colocação de alinhamentos arbóreos, um conjunto de áreas ajardinadas que melhorarão o local. É uma autêntica requalificação urbanística. É um perfil completamente diferente Da Estrada Monumental. Estas três parcelas são necessárias à obra, bem como outras que a Câmara conseguiu chegar a acordo ou expropriar, a mais mediática ou conhecida, aquela habitação que existia a seguir ao Fórum Madeira que a Câmara já tomou posse administrativa e a obra está a decorrer normalmente. Agora submetemos a V. Exas. a votação para a proposta da declaração de utilidade pública destas três parcelas.”-----

A deputada municipal Guida Maria Vieira Martins, do BE, disse:” Já que se está a falar da Estrada Monumental e depois daquelas desgraças que lá foram feitas, fazer algo que seja menos poluente, mais bonita, mais verde, é sempre bom. Sabemos que a

ciclovía está mais ligada a agradar aos turistas. Mas quem puder andar de bicicleta, aproveite a oportunidade e faça o seu treino, que vou continuar a preferir a andar a pé. A questão que queria colocar é a seguinte: já que se vai reformular aquilo tudo, o que é que vai acontecer ao Homem Enforcado, que continua a envergonhar o concelho do Funchal naquela rotunda, onde vai ser feita a ciclovía, a zona verde e o alargamento do passeio? Vamos continuar a ter ali aquele susto para as criancinhas ou vamos tentar dar uma volta àquilo?”-----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, respondeu o seguinte:”Senhora deputada, longe de mim, fazer juízos de valor sobre a arte e sobre uma peça de um escultor que muito prezo, quer pessoalmente, quer enquanto escultor e como artista. Mas digo que uma das parcelas que estamos expropriar é exactamente sobre essa mesma rotunda. Em que há necessidade do muro do estabelecimento da hoteleira existente, esse muro recuar, para que sobre o passeio exista espaço suficiente para que a ciclovía possa passar. Agora em relação à estátua, razões de estética e de arte, reservo-me ao direito de não comentar. Tenho a minha opinião. Mas o grande respeito pela obra e pela entidade que ofereceu ao Funchal aquela mesma obra. E como sabe, foi uma oferta de uma associação empresarial e a cidade do Funchal orgulha-se dessas entidades com responsabilidade social e que oferecem à cidade, neste caso uma peça com o valor que aquela tem”-----

O deputado municipal Sérgio Diamantino Freitas Jardim Rodrigues, do PS, disse:” Este projecto da ciclovía e do separador central e de outras infra-estruturas já vem desde dois mil e seis, pelo menos no Plano Plurianual de dois mil e seis. Ao longo do tempo, foi sendo alterado o valor orçamentado e foi sendo alterado também o valor da comparticipação do Governo Regional. Nomeadamente do último PPI para este ano, em que houve uma diminuição da comparticipação do GR, de cerca de cem

mil euros. A questão é a seguinte: se esta alteração e sucessivas alterações por parte da comparticipação do GR, devem-se às expropriações, porque é que continuam a haver expropriações que se são tão conflituosas e se o processo de aquisição por direito privado é ou não respeitado pela CMF?”-----

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, respondeu o seguinte:”Com certeza que na sua análise, o senhor deputado está a esquecer que de um ano para outro existe execução orçamental e se a execução orçamental é uma parte que está paga e executada, claro que no ano seguinte o valor é inferior, porque há uma parte paga. De dois mil e oito, quando a obra se iniciou, para dois mil e nove, no orçamento de dois mil e oito e dois mil e nove, os valores não são iguais. Porque há uma parte que já esta paga em dois mil e oito. Em relação à expropriação. A Câmara com essa responsabilidade, não vejo grandes conflitualidades em relação às expropriações que realiza. Não há da nossa parte um histórico de grandes conflitos. É evidente que ser expropriado é sempre algo que impõe um ónus sobre a família, que é complicado. A questão da ligação à propriedade, é uma questão extremamente importante. Claro que nunca é agradável. Mas a Câmara cumpre escrupulosamente tudo aquilo que a legislação e o Código das Expropriações nos indica e compromete. Em todas estas parcelas que estamos aqui a submeter, houve uma tentativa, em primeiro lugar, por via do direito privado, para chegarmos a acordo com o proprietário. Não o sendo, o processo de expropriação avança, tendo aqui o seu primeiro acto formal, que é a declaração de utilidade pública e a partir daí toda a tramitação normal que a legislação impõe. Normalmente, quando a expropriação é litigiosa, ou seja, quando não chegamos no processo expropriativo, a acordo de valores, a Câmara não tem sido, na adjudicação que é feita pelo Tribunal, relativamente à avaliação que fazemos novamente de acordo com a lei, não tem sido emendada, passo a expressão, por parte

do Tribunal. Deixo lhe dizer que prezo muito o trabalho que é feito pelos juristas e por todo o pessoal que trabalha nesta área e digo que não temos tido grande conflitualidade. A não ser, como lhe digo, nunca é agradável ceder uma propriedade sua, um interesse particular em detrimento do interesse colectivo e de uma infraestrutura que é para o bem comum. Agora todos os procedimentos que a lei impõe, a Câmara cumpre.”-----

O deputado municipal Sérgio Diamantino Freitas Jardim Rodrigues, do PS, acrescentou:” Estava a recordar-me de dois casos, o da Estrada Monumental e da saída Leste, ambos que levaram prazos consideráveis.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação este ponto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Declarações de voto:-----

A deputada municipal Maria João Pereira Delgado Gomes, do PSD, fez a seguinte declaração:”Tenho que ME congratular muito sinceramente com estas três iniciativas da Câmara, porque ainda estamos numa fase de expropriação, mas que denota sinais muito claros e nesta altura estamos precisados de bons sinais, que se procure cada vez mais que a nossa cidade se torne bonita. Tenho viajado e neste momento nos concelhos que vou, de três em três meses, não há o mínimo de qualquer tipo de mudança. Enquanto no nosso município há. Muitos parabéns. Desejo que continuem para que possam melhorar a vida de todos nós. Obrigada. “-----

Encerramento: -----

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e dez minutos, o Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

Esta acta foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----
